

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
26 a 30 de outubro de 2015, Caxambu, MG.
GT 36: Sociologia da Adolescência e Juventude
Fatima Sabrina da Rosa¹

Jovens e periferias em Porto Alegre: Os *bondes* e a semântica do conflito urbano

Resumo

Este trabalho visa apresentar os resultados da dissertação de mestrado² produzida a partir de uma pesquisa sobre os chamados *bondes* de Porto Alegre. A intenção manifestada nesse *paper* é a de debater sobre uma das linhas de compreensão do fenômeno e divulgar parte dos resultados que se originaram desse viés, os quais representam as características mais importantes do estudo sobre os *bondes*. Esta sociabilidade é constituída de jovens de 13 à 19 anos de idade, que se reúnem para sair e desfrutar os espaços de lazer da cidade. A configuração desses grupos se dá na junção de indivíduos, moradores das periferias, os quais sofrem um processo de segregação e estigmatização que tende a confiná-los em seus espaços de moradia. Negando essa territorialização, mas sem perder o sentido de pertença, esses jovens agregam-se em torno de símbolos de poder, masculinidade e violência, para semantizar seu grupo, e saem em circulação pelos espaços movimentados da capital onde possam fazer-se visíveis. A partir da definição dessa situação, os jovens se organizam em grandes grupos que levam, no nome ou nos cantos que entoam, a defesa simbólica da comunidade em que vivem. Eles se utilizam do conflito e a da estigmatização que sofrem para estabelecer uma experiência social compartilhada, fundando nela sua subjetivação.

Introdução

Em Porto Alegre, desde meados de 2002, jovens das periferias protagonizam a busca por territorializar distintos lugares da cidade, nos quais se localizam os estilos de lazer do restante da juventude moradora das áreas centrais. A vontade de estar-junto e experimentar novos espaços de convivência e subjetivação faziam com que grandes grupos se deslocassem das periferias da cidade em direção ao centro ou a áreas muito movimentadas nas zonas nobres. No entanto, os setores de mais altas rendas e a imprensa reagiram a essa circulação dos jovens, com aversão, como se a presença dos mesmos ameaçasse a segurança dos demais.

No dia 9 de novembro de 2009, a seguinte notícia é publicada no Correio do Povo, um dos periódicos mais tradicionais do Rio Grande do Sul: “Moradores culpam "passe

¹Doutoranda PROSUP-CAPES pelo PPGCS da UNISINOS e professora de História e Sociologia da rede estadual de ensino do Rio Grande Sul.

² O texto integral da dissertação encontra-se no banco de teses e dissertações da biblioteca da UNISINOS. Disponível em: biblioteca.asav.org.br/vinculos/000013/00001309.pdf

livre" por tumultos na zona Norte: Enfrentamento entre 50 jovens próximo ao Iguatemi e ao Bourbon Country gerou apreensão e correria". O seguimento dado a essa manchete é a notícia sobre um conflito entre jovens, supostamente provenientes das periferias da cidade, e a conseqüente inferência, por parte dos moradores das proximidades do shopping, que situações como esta estavam ocorrendo, com frequência aos domingos e em outros dias de passe livre³. Posteriormente, no dia 25 de fevereiro de 2010, o mesmo periódico publica que "Dez jovens são presos depois de um arrastão em Porto Alegre: Pelo menos três mulheres tiveram bolsas, telefones celulares e dinheiro roubados"⁴. A chamada inicia a reportagem contando sobre a ação de um grupo de aproximadamente 20 adolescentes, entre 13 e 18 anos, que abordaram algumas pessoas em uma avenida onde está situado um dos shoppings mais frequentados de Porto Alegre. O grupo utilizou uma arma de plástico na ação e levou pertences como telefones, bolsas e algum dinheiro.

Essas mobilizações organizadas, na maioria das vezes, em forma de pichações, assaltos ou grandes focos de briga generalizada entre facções de comunidades rivais, são, geralmente, combinadas a partir de redes sociais. Sendo assim, pode-se inferir que a escolha de um espaço onde circula um contingente amplo de pessoas em uma zona nobre da cidade significa utilizar um meio violento para demonstrar a força, a representatividade e a *potência* (MAFFESOLI, 1981) que a demanda do grupo (ou dos grupos) representa. De certa forma, a encenação de uma grande briga em um espaço considerado de lazer, tranquilidade e ordem, tem o poder de chocar as pessoas que a presenciam, configurando uma experimentação sobre a transgressão da ordem em uma escala significativa, levando em consideração o número de jovens que participa e o número de passantes que assiste.

Nesse sentido, pode-se notar que os atos realizados por esses grupos não têm como intenção primeira a prática de crimes, como assalto e roubo, antes se mostram como a possibilidade de reivindicar "espaços na cidade" nos quais são considerados "inconvenientes".

³ O passe livre foi uma medida adotada durante o governo Olívio Dutra (prefeitura) que instituiu a gratuidade do transporte coletivo público aos feriados e no último domingo de cada mês. A medida, que vigora há mais de 18 anos, foi modificada em 2004 reduzindo os dias de passe livre apenas a alguns feriados, dias de vacinação e eleições.

⁴ Disponível em: <http://www.correiopovo.com.br/Noticias/?Noticia=103910>

A análise apresentada trata das situações de violência que envolvem a participação de jovens dos chamados *bondes* em *arrastões* e em outras mobilizações conflitivas, as quais são imputadas a indivíduos originários das chamadas comunidades periféricas urbanas, comunidades estas que sofrem um processo gradual de estigmatização (GOFFMAN, 2008) por parte das outras camadas sociais da capital, inclusive, no que diz respeito à divisão e apropriação do espaço urbano. Significa dizer que, mesmo quando tais jovens se apropriam do espaço urbano apenas para uma movimentação pacífica, são vistos pela população e representados pela imprensa como protagonistas de ações violentas que provocam “tumulto coletivo”, convertendo tais indivíduos em inimigos potenciais da ordem pública e pessoas indesejadas no centro da cidade.

A “culpabilização” da medida do passe livre como sendo o motivo pelo qual os jovens podem circular na cidade e provocar ações “inconvenientes”, do ponto de vista da ordem social, denota parte do processo que revela a intenção de confinar esses indivíduos nas suas comunidades, da mesma forma que significa estabelecer, simbolicamente, que espaços podem ou não ocupar na cidade. A tomada de uma rua onde circulam pessoas com maior poder aquisitivo de Porto Alegre (além de estar localizada próxima a dois dos shoppings de maior dimensão da cidade) denota a configuração de um conflito em relação às regras estabelecidas que delimitam o espaço de circulação dos jovens de periferias urbanas. Tomar a rua ganha o sentido de reivindicação, não apenas de maior movimentação urbana, mas de exigência de visibilidade e identidade.

A invisibilidade a que esses indivíduos estão fadados, bem como a vulnerabilidade a que se sentem expostos nas comunidades em que vivem, poderia caracterizar o que Honneth (2003) chama de *lesão moral*. A criminalização por parte das autoridades estatais e a estigmatização pelos setores de mais altas rendas e agentes de controle social configuram uma situação social que resulta na percepção de uma conflitualidade partilhada pelos jovens de uma determinada comunidade. A partir disso, pode-se pensar que o conflito funciona como o ponto aglutinador dos agentes desse espaço, conforme nos mostra Simmel (1983) com a ideia de conflito promovendo a integração social do grupo que se sente ameaçado.

O conflito se faz visível na reação desses indivíduos às situações a que estão expostos. A atuação em forma de “arrastão”, congregando “um bando” de gente, significa experimentar a conflitualidade de forma coletiva, um “sentir junto” (MAFFESOLI, 2006), compartilhar um espaço e um tempo de transgressão e intensidade. O embate com o “outro” configura um processo de estranhamento e, ao mesmo tempo, de construção da identidade em termos de indivíduo e, mais ainda, de grupo. É a partir do momento em que esses jovens encaram e reagem ao que é antagônico, que produzem o processo de diferenciação, o qual vai constituir suas identidades, baseadas na experiência do conflito violento e na experiência coletiva de sentir-se amparado por um grupo coeso.

Dessa forma, a pretensão da etnografia foi ouvir jovens que integram os movimentos dos *bondes* e que têm pouco espaço de vocalização para colocar suas inquietações, mesmo que tais reivindicações possam ter um caráter estético e proposital de estabelecer a integração e a visibilidade do grupo. Mas, principalmente, delineia-se como objetivo deste trabalho, a busca compreender os *bondes* por diferentes cortes teórico-analíticos, constituindo uma tentativa de ver as várias facetas que parecem apresentar esses grupos e interpretá-las à luz de referenciais fundamentais para os estudos da questão urbana, do conflito e dos processos de socialização.

Ao pesquisar nas principais bibliotecas virtuais e bancos de teses e dissertações das universidades brasileiras, não foi possível encontrar, até o momento, nenhum trabalho que traga como temática os *bondes*, isto é, a nomenclatura “bonde” não aparece dessa forma na produção bibliográfica. No entanto, é possível estabelecer analogias com duas nomenclaturas emprestadas de Dubet (1987), para caracterizar sociabilidades no Brasil: as *galeras* e *gangues*, movimentos que apresentam a mesma forma dos *bondes* são descritos e analisados, principalmente, pelos estudos de Andrade (2007), Ceccheto (1997), Diógenes (1998) e Zaluar (1997).

A dissertação se desenvolveu mesclando, paralelamente, pesquisa de campo com integrantes e ex-integrantes dos *bondes* nas suas comunidades e pesquisa bibliográfica. O estudo é dividido em capítulos que conjugam teoria e empiria num esforço por observar a ação dos *bondes* a partir de diferentes clivagens. Para compreender os diferentes conteúdos semânticos constituidores dessa sociabilidade, este trabalho foi estruturado em eixos teórico-analíticos: periferia e estigmatização, conflito e violência, identidade e

reconhecimento e estética e gênero. A abordagem metodológica conformou a percepção dos *bondes* atravessados por cada eixo temático numa tentativa de olhar o objeto por diferentes planos, sendo o eixo conflito e violência a ser abordado nesta comunicação versa.

Para observar e interpretar tais relações, foram utilizadas diferentes técnicas de coleta e análise: entrevistas semiestruturadas individuais e com grupos focais, observação e diário de campo, análise de conteúdo sobre os resultados das entrevistas juntamente com a análise de letras de música, fotos e materiais audiovisuais publicados na internet.

As entrevistas individuais foram realizadas, em diferentes momentos, com atores que estão atualmente envolvidos ou que já tiveram protagonismo nas manifestações dos *bondes*. Na zona leste, especificamente no bairro Lomba do Pinheiro, foram feitas entrevistas com grupos focais, com jovens moradores do bairro sobre a existência e organização dos *bondes* na região. Esses grupos se realizaram através do contato com jovens participantes do projeto **Casas da Juventude** vinculado aos Centros POD (Programa de Oportunidades e Direitos) que estava sendo progressivamente implantado na periferia de Porto Alegre. O contato com os jovens dessa comunidade foi favorecido pela minha participação no diagnóstico da juventude local e das ações desenvolvidas pelo POD como pesquisadora do Observatório Juvenil do Vale. Tal projeto estava sendo implantado pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul⁵ com o objetivo de prevenir a violência nessas áreas. Contava com a integração de diferentes secretarias e órgãos do Estado, bem como com assessoria dos pesquisadores do Observatório Juvenil do Vale vinculado à UNISINOS e coordenado pelo Professor **Carlos A. Gadea**, que é também orientador dessa dissertação.

O objeto *Bonde*

No Rio Grande do Sul, a ideia de *bonde* parece mais complexa do que se pode notar no Rio de Janeiro, de onde as referências à ligação entre esse movimento e o funk parecem estar estabelecidas e se prolongar para os outros Estados. Desse modo, a construção sobre os significados da palavra *bonde* para os diferentes atores que aparecem nesta etnografia

⁵ O projeto foi desenvolvido pela gestão governamental anterior à 2015. Atualmente, o projeto encontra-se em reestruturação.

foi se desenvolvendo com muitas contradições, sem uma linearidade, o que transforma esse termo num conjunto complexo de relações e conflitos que se dão no interior e na extensão das periferias.

Pode-se dizer que, sob diferentes perspectivas, os *bondes* são dinâmicos. Descrever o *bonde* por apenas um viés é descaracterizá-lo, torná-lo uma *galera*, uma *gangue* ou qualquer sociabilidade juvenil. O que torna a existência desses grupos um fenômeno complexo é a não linearidade e o critério não protocolar de suas agremiações e sua ação. O *bonde* tem sua dinamicidade reconhecível, principalmente na maneira como o seu significado é fluido, mesmo quando restrito à sociabilidade das periferias de Porto Alegre. Em algumas pesquisas nos conteúdos da internet e mesmo nas entrevistas, essa falta de definição do que era ou é o *bonde* em Porto Alegre aparece constantemente. Em algumas imagens, reportagens ou relatos ora fala-se de uma *galera*, ora de uma *gangue*, e ainda, em outros, há certo saudosismo dos *bondes* no período em que mais saíam às ruas para “curtir”. Assim, além de alterarem na formação, o fazem na aparição, estando mais recolhidos à periferia em determinados momentos.

Além disso, os *bondes* são uma sociabilidade sempre em circulação: os grupos se formam e logo partem da comunidade onde moram para as áreas centrais ou áreas nobres onde encontram espaços de lazer disponíveis à fruição coletiva. Encontrar os jovens que participam dos *bondes* requer ter algum contato que possa dar acesso a essa sociabilidade tão específica, não há um lugar onde se possa ver os *bondes* em “seu território”, o *bonde* não é de lugar algum, nem coloniza qualquer espaço e só acontece à medida que se movimenta em busca da diversão.

O único lugar que parecia territorializar era a internet. Os sites de *upload* de vídeos e as redes sociais são povoados de informações dos jovens participantes sobre essas sociabilidades, mas a grande maioria dessas informações parece remontar a outra fase da atuação dos grupos, principalmente o Orkut, espaço em que se pode organizar uma “história dos *bondes*” tamanha a quantidade de informações que possui. No entanto, elas parecem desatualizadas, já que o Orkut passou a ser visto como obsoleto, segundo os jovens, pela proliferação de perfis de crianças, os quais podiam “contaminar” os *bondes* de signos infantis. Também há, embora em menor número, referências e combinações no tempo presente, essas no Facebook e no Twitter, porém estão acessíveis apenas, em parte,

ao pesquisador e, desde que este domine os códigos de interação que regulam essa territorialidade. Cabe compreender essa retração do movimento na rede em função da represália que os jovens têm enfrentado pelos órgãos de segurança pública que, desde episódios com mortes envolvendo os *bondes*, vêm buscando informações sobre os participantes a partir dos seus perfis.

A partir das entrevistas e do trabalho de campo pôde-se perceber que o movimento do *bonde* vem se reconfigurando desde seu surgimento no início da última década (em Porto Alegre). Além de variar num tempo determinado, os *bondes* também são diferentes nos espaços em que emergem. Num primeiro momento, eles surgem ligados aos bailes *funk*. São *galeras* que se organizam orientadas, normalmente, pela comunidade onde vivem. No espaço dos bailes, entram em divergência coletiva, havendo, nos relatos dos entrevistados, episódios em que as festas foram paradas pela briga generalizada entre dois ou mais *bondes*: “As menina já iam de tênis pra descer a escada correndo quando começava a dar bala” (DC 15/05/2013). Numa segunda etapa, esses movimentos começam a substituir os bailes (como cenário das brigas) pela rua (praças e shoppings), ou seja, locais movimentados como os já mencionados anteriormente. Pode-se pensar que este tenha sido o momento de maior visibilidade da ação dos grupos, no qual foram registradas as notícias destacadas na introdução. Essa organização em *galeras* que saem às ruas parece ter culminado com um episódio no parque da Redenção, em que dois jovens foram baleados e um deles morreu.

Segundo os entrevistados, essa forma dos *bondes* teria sofrido um processo de dissolução dos grupos devido ao medo que tal episódio (da Redenção) disseminou entre os participantes, tanto do perigo das brigas quanto das investigações e investidas policiais que se seguiram aos episódios com mortes. Nos últimos anos, os *bondes* têm sido representados por grupos menores que ainda frequentam os bailes *funk* e fazem pichações, e por gangues que têm estreita ligação com o tráfico de drogas, mas que também se autodenominam como *bondes*.

Desse modo, o movimento do *bonde*, na última década, reconfigurou-se em diferentes formas de organização e ação, mas parecendo manter como central uma performance com conteúdo relativo às ideias de periferia e conflito. De difícil mapeamento, esse fenômeno é descrito pelos informantes, ora como encenações que estão

localizadas no passado, ora como grupos que interagem, no presente momento, independente da forma em que se encontram.

Outra questão que dificulta a análise desse objeto é a polifonia dos sujeitos. Na esfera intragrupal, se estabelece a diversidade dos jovens que compõem os grupos em diferentes bairros e que já descrevem o termo heterogeneamente. Quanto a esses grupos, a visão sobre o bonde é convergente quando se trata de “defender” o movimento como um direito à curtição, à configuração de suas identidades de gênero e de morador da periferia e, por vezes, do direito à rebeldia. Soma-se a isso, o relato das jovens entrevistadas que veem por outro ângulo o movimento, atraindo o olhar do pesquisador para as diferenciações sexuais e para a ação “aprovável ou reprovável” de determinados jovens.

Já a imprensa porto-alegrense parece representar a voz dos setores que se sentem incomodados com a presença dos jovens da periferia nas áreas mais movimentadas da cidade, uma vez que traz relatos baseados em trechos de entrevistas com investigadores, fotos de pichações em locais privados e públicos, e comentários feitos por pessoas externas aos grupos que presenciaram alguma ação. Todos esses relatos são apresentados sempre sobrecarregados de referências a categorias jurídicas, à indignação com a depredação do patrimônio, ao medo dos demais moradores da cidade e, por vezes, à exigência de punição e controle.

O *bonde* “por ele mesmo”

De acordo com os relatos, os *bondes* se formam em uma “sociabilidade do *funk*”⁶. Não é possível afirmar se começam nos bailes, se eles se unem em torno da música ou em torno das redes de tráfico. Cada *bonde* de Porto Alegre parece ter se gestado combinando um traço de cada elemento desses. O que faz com que esses grupos possam ser vistos em convergência é a forma como organizam a sua rivalidade intragrupal e principalmente extragrupal. Essa rivalidade é determinada pela ideia “território”, como os jovens chamam os locais que dizem “dominar”. A ideia de território nos *bondes* está vinculada à expressão “marcar território” e, portanto, tem relação direta com a construção da masculinidade dos jovens dos *bondes*, já que simboliza a dominação por um “grupo de machos” sobre um

⁶ Cabe citar um caso de exceção que é o Bonde da Stronda, um grupo que também é de circulação e curtição, mas ligado musicalmente ao Hip Hop.

contingente determinado de iguais em um espaço específico e, principalmente, liga esses movimentos aos símbolos da criminalidade organizada uma vez, que faz referência a nomeações e moralidades da mesma e ainda estabelece relações, ao mesmo tempo, de troca e de rivalidade com o tráfico: “Alguns traficante têm inveja da gente [...] Às vezes os traficantes falam com os *bondes* para pegar os caras, daí os traficante não se envolve, só manda e não se queima”(DC 07/05/2012)⁷. Aqui os *bondes* parecem fazer a frente nas vinganças para que os traficantes não se envolvam e não ponham em risco a boca e, logo, a comunidade. Esse pacto parece estabelecer uma correlação de forças no sentido de proteger o território onde *bondes* e traficantes exercem suas ações.

Os *bondes*, quando se referem a território, mencionam um circuito urbano no qual veem uma série de relações de poder onde se destacam relações de status e de gênero. A “dominação” ou “marcação” de um território corresponde à rede de sociabilidade que mantêm com determinados moradores do lugar, isto é, quando um *bonde* é aliado do(s) *bonde(s)* de outra comunidade, esse lugar é considerado um território em que os integrantes são aceitos e bem-vindos como se estivessem entre amigos. “Dominar um território” significa exercer nele certa influência na “sociabilidade do *funk*”, ser conhecido pelas meninas e aliado dos integrantes de outros *bondes*. Dessa forma, as comunidades e o centro passam a fazer parte de uma disputa simbólica de poder, na qual os jovens se esmeram para “dominar” territórios alheios. A ideia de *pedaço*⁸ também é referida pelos jovens, principalmente nas letras de músicas. No entanto, o termo parece ser empregado quando o assunto exige menos veemência em se falar da apropriação e dominação. O *pedaço* aparece como um espaço compartilhado, mais próximo da “curtição” da festa do que da tensão da disputa, relacionada à ideia de território.

A forma mais expressiva dessa dominação é a circulação de *mulão*⁹ (principalmente nas festas das comunidades) e a “pichação”, de preferência, em prédios de difícil alcance e em muros com ampla visibilidade. A circulação no centro é fundamental, em função do apelo simbólico que a presença dos jovens da periferia impõe aos demais moradores e a pessoas em movimentação. Uma vez que são vistos como inconvenientes e sentem a segregação, a disposição em deslocar-se até as áreas centrais e “desfilar” por elas

⁷ Trecho de entrevista individual.

⁸ Sobre a noção de pedaço ver a interessante análise de Magnani (2008).

⁹ Sair de *mulão* significa circular com um grande contingente de jovens.

como se estivessem em um time ou em uma comitiva, configura uma espécie de “provocação” (aos olhos de quem transita por esses espaços) e que pode gerar o conflito entre representações e interesses de grupos distintos que dividem espaço na cidade. Circular na periferia rival constitui um ato de petulância e valentia¹⁰. Pisar no “território” de um *contra* é ambigualmente desrespeitar a cartografia estabelecida para esta sociabilidade e arriscar-se, mas é também dar importância ao conflito entre comunidades e, portanto, dar continuidade às experiências dos grupos.

A “pichação” é o elemento mais representativo dessa “invasão” e também a tentativa de “dominação” de territórios. Marcar o seu *tag* nos prédios dos *contras* significa mostrar que o *bonde* dessa comunidade “riscada” *deu bobeira*, esteve distraído na defesa das fronteiras de seu território e foi abruptamente atacado por outro.

Pichar no centro é fundamentalmente importante para deixar sua marca, é apropriar-se dos prédios da espacialidade central, impor a presença e a pertença àquele espaço que cotidianamente lhes é negado. No entanto, pichar no centro é mais perigoso, pois mesmo à noite, ainda é o lugar mais movimentado da cidade, mais visível e mais territorializado pela polícia. A chance de ser autuado ou até mesmo preso pichando um prédio do centro é infinitamente maior do que a possibilidade de ser visto pichando a periferia.

Mas, no relato dos jovens, pichar tem se tornado mais difícil. No centro, a polícia está mais presente e tem punido com mais frequência e mais intensidade, na periferia os pichadores e *bondes* travam, com os traficantes, uma disputa simbólica por espaços, o que, em alguns casos, tem resultado em ameaças aos jovens porque sujam o bairro e, assim, os vizinhos acionam a polícia. “Não, na vila não pode riscar [...] aqui os *patrão* não deixam” (DC 25/05/2013)¹¹. Entretanto, para além da transgressão da ordem estabelecida, o que parece incomodar os traficantes nos atos de pichação é a visibilidade que o *bonde* adquire saindo da normatividade e da centralidade do comando local. Nesse sentido, não é permitido aos pichadores “marcar” simbolicamente os espaços dominados pelo tráfico, não

¹⁰ As noções de respeito e valentia serão discutidas adiante, no capítulo 5.

¹¹ Trecho de entrevista com um jovem da comunidade da Lomba do Pinheiro. Nota-se que a palavra *patrão* aqui é utilizada pelo jovem para definir os traficantes do local e não os líderes do *bonde*.

há espaço para a disputa de poder e para a criação de lideranças potencialmente concorrentes aos traficantes.

Excluindo-se a classificação jurídica das pichações, não se pode relacionar diretamente a ideia de *bonde* com violência ou delinquência. Essa relação pode ser bastante intensa em alguns casos, mas não em todos. Alguns grupos são apenas uma coletividade de vizinhos que se reúne para ir a alguma festa e tem uma durabilidade efêmera como a própria festa. No entanto, em outras entrevistas, a pergunta sobre o que é um *bonde* direcionava a conversa para gangues organizadas em torno do tráfico, principalmente os chamados *Bala na cara*¹², como na seguinte fala “*Bonde* hoje virou sinônimo de gangue, começou com um grupo de amigos que sai pra curtir e começou a fazer furto nas festas” (DC 15/05/2013)¹³. Nesses casos, a gangue é o próprio *bonde*; em outras narrativas o *bonde* é visto como uma etapa que antecede a formação e a participação numa quadrilha de tráfico. Alguns vídeos no youtube¹⁴ mostram um cenário em que os integrantes dos *bondes* posam com armas, munições e (com menos frequência) drogas e montam sequências de fotos com músicas de fundo que exaltam o comportamento violento realizando uma performance que se aproxima do que Zaluar (1984) denominou como “ethos guerreiro”. Também são comuns as referências à violência e à delinquência nas músicas dos MCs que são identificados com os *bondes*.

Mesmo que não haja ligação de certos *bondes* com a prática efetiva de crimes violentos e com quadrilhas, há uma exaltação clara da hierarquia e dos signos do tráfico na organização dos grupos, nos laços de fidelidade, na prestação de homenagens¹⁵ a criminosos renomados e, essencialmente, na reutilização da linguagem dos traficantes para nomear elementos. A palavra *patrão* para indicar o líder do grupo é a principal delas. Ainda que não se possa colocar *bondes* e quadrilhas numa mesma categoria jurídica e sociológica, é importante compreender que a sinonímia deles é, amplamente, divulgada pela polícia e pela mídia e apropriada pelos jovens produzindo um processo de retroalimentação. Além

¹² Importante quadrilha que tem dominado o tráfico nas principais periferias de Porto Alegre.

¹³ Trecho da entrevista individual com o produtor musical.

¹⁴ Essa representação pode ser vista no vídeo denominado “os ALA 470...só os de verdade”, do bonde do Bairro Bom Jesus localizado na zona norte de Porto Alegre. Disponível no link: <<http://www.youtube.com/watch?v=VtbaOCINTtM>>.

¹⁵ Fonseca (2000) analisou a “prestação de homenagens” por parte dos moradores aos delinquentes das vilas que estudou. Para a autora, as referências a esses delinquentes faziam parte de um pacto de proteção mútua entre essas partes.

da vinculação de nomeações é notável que um imaginário do tráfico circunda os *bondes* e lhe oferece elementos construtivos de uma base estrutural, como as noções particulares de justiça interna, a hierarquização e as constantes referências a atitudes que requerem coragem, valentia e virilidade vastamente descritas em estudos de autores como Feltran, Zaluar, Ceccheto e Hirata.

Eufemismo para polícia e para imprensa, a palavra *bonde* (quando parcamente utilizada) representa violência e criminalidade e é colocada como se os próprios integrantes do grupo empregassem esse termo para despistar o que seria a ação de uma gangue. Mas ao analisar os grupos nota-se que a prática de crimes violentos é um dos elementos que menos caracteriza os *bondes*. Não há tanta delinquência efetivamente praticada se comparada à forma como os grupos elaboram suas representações, mimetizando o tráfico, mas se envolvendo pouco com ele.

De acordo com um informante os *bondes* são grupos de jovens que saem à rua para “curtir”. No entanto, um embate com outro *bonde* (normalmente de outra zona da cidade) é algo previsível, quase uma praxe e, neste momento, se forma um “arrastão”, uma ação coletiva de jovens participantes de mais de um grupo identitário. Quando dois ou mais *bondes* se encontram há uma negociação entre os *patrões* dos grupos, uma espécie de líderes que têm poder de decisão sobre a ação dos demais integrantes. Tal negociação resulta na escolha entre duas possibilidades: ou os dois grupos decidem entrar em um confronto, que inicia com as agressões entre os *patrões* e generaliza-se; ou os grupos *fecham* entre si e dali partem para *curtir* juntos. Caso, um dos grupos decida pelo confronto, mas o outro (possivelmente em menor número de integrantes) não aceite o conflito, os integrantes correm escapando-se do foco da briga ao entrar em um ônibus ou em um estabelecimento comercial, onde o confronto é parado.

Ao contrário da perspectiva mostrada pelas notícias de jornal citadas anteriormente, os principais *bondes* da cidade de Porto Alegre não parecem apresentar como objetivo a ação violenta visando o furto ou assalto. Tampouco visa ações violentas contra pessoas alheias aos *bondes*. Em algumas *bandas*¹⁶, um contingente pequeno de integrantes de dentro do grupo pode praticar um ou outro furto, mas essa não é uma prática comum. No

¹⁶ Nome reutilizado pelos jovens para as saídas, significa sair para circular, “dar uma banda”.

entanto, segundo uma letra de música muito conhecida pelos integrantes de *bonde*, durante as brigas entre grupos rivais, podem ser furtados objetos pessoais dos que perdem a briga¹⁷, uma prática que há muito é comum entre torcidas organizadas de times rivais.

Quanto à ideia de “arrastão”, é possível dizer que a palavra é mais utilizada pela imprensa (para designar as ações dos *bondes*) do que pelos próprios grupos. Nas redes sociais e nas postagens na internet efetuadas pelos jovens, a palavra *arrastão* aparece com pequena frequência se comparada à palavra *bonde*. A princípio, a forma como os grupos se definem sugere pensar que *arrastão* é um vocábulo imposto pela imprensa para definir os *bondes*, mas não corresponde efetivamente à ação destes, uma vez que se refere a assaltos coletivos, não designando o objetivo da maioria dos grupos de Porto Alegre. De acordo com Vianna (1996), o próprio movimento *funk* passa a ser conhecido, nacionalmente, através de uma reportagem apresentada pela TV Globo sobre os *arrastões* na praia do Arpoador em 1992. Para o autor, a vinculação entre os atos cometidos na praia (assaltos, furtos e briga generalizada) e as encenações que envolviam danças e conflitos, nos bailes *funk*, acaba por demonizar o movimento resignificando seus sentidos e associando diretamente suas *galeras* com a violência.

Assim, o termo *arrastão*, que antes identificava uma excitação coletiva incitada pela dança, passa a representar ato violento na mídia e é, aos poucos, reincorporado pelos jovens como parte do seu vocabulário, mesmo com o sentido alterado. O *arrastão* volta-se como o termo utilizado para definir genericamente uma série de eventos, entre eles a entrada dos *mulões* em shoppings para a simples circulação e os grandes focos de briga em áreas visíveis da cidade. Tais brigas são o “evento” mais noticiado e percebido dos *bondes* em Porto Alegre e, portanto, despertam grande hostilidade nos moradores de outros bairros e nos proprietários de negócios que podem ser “prejudicados” pela presença desses jovens nas proximidades, principalmente de shoppings. Vistos nas áreas centrais, os integrantes dos *bondes* são percebidos apenas pelo “cenário de tumulto” que provocam e logo associados à delinquência.

Visualizados e postos na imprensa pelo nome de *arrastão*, os *bondes* apareciam individualmente quando se tratava de abordar a violência gerada pelo conflito entre eles.

¹⁷ “Não tem esculacho, Playboy não tem vez Se enfrentar eu só lamento Vai tomar uma coça, *pegamo* o teus pano”. Trecho da música **É a Vida de Bonde** de Mc Chavero.

No caso de reportagens condenatórias da ação desses grupos, os *bondes* e seus nomes apareciam juntamente com a informação sobre a comunidade à qual pertenciam, reforçando o processo de estigmatização. As brigas entre os grupos inicialmente parecem ritualizar, através do combate entre periferias, a rivalidade e a disputa entre moradores da periferia segregada e os donos potenciais da cidade. No entanto, em alguns momentos, o nível, de certa forma “controlado” e recíproco de hostilidade entre *bondes* de zonas diferentes, perde a medida e resulta na vitimização de alguns participantes, como em dois casos que foram noticiados na imprensa da cidade.

À semelhança dos grupos estudados por Dubet (1987), os *bondes* se organizam em grupo onde reproduzem as regras de reciprocidade e lealdade que alentam o fato de serem excluídos das sociabilidades juvenis do centro e das áreas nobres. Além de configurar um processo de subjetivação e resposta à estigmatização, a integração a um *bonde*, uma gangue ou galera constitui uma necessidade prática: a de sentir-se amparado por um grupo coeso, já que os jovens pertencentes a uma determinada gangue dificilmente são atacados na rua por outras facções (mesmo estando sozinhos) porque tal comportamento pode gerar retaliações por parte do movimento rival, um tipo de “vingança”. No caso dos *bondes* porto-alegrenses, o fato de pertencer a um grupo, mesmo que não haja ligação com atividades ilícitas, é funcional no sentido de que mantém uma relação recíproca de respeito à integridade física dos indivíduos, a qual é compreensível do ponto de vista da organização específica em que os conflitos são arranjados.

É importante também colocar que a covardia (como o fato de bater em alguém que está sozinho) não é bem vista dentro da sociabilidade dos *bondes*. Há um código baseado na lógica e na prática dos próprios grupos, em que a “curtição” está em fazer um grande foco de briga generalizada e não apenas efetuar uma agressão a um indivíduo isolado, mesmo que rival. Por isso, combinar a ação é tão importante para ordenar a dinâmica desse movimento: “Eu tava andando de bicicleta daí vi os guris do outro *bonde*, daí eu falei tá certo pra sábado? Daí eles disseram que iam esperar nós lá (no shopping)” (19/10/2013)¹⁸.

Essa forma de ordenar as agressões entre os *bondes* de diferentes zonas sugere que essa prática configura menos uma rivalidade entre grupos do que um pacto de atribuição

¹⁸ Trecho de relato em grupo focal

de respeito e virilidade de forma recíproca. Se a briga só faz sentido quando localizada em lugares de grande movimentação, isso significa que ela constitui menos a raiva entre os iguais da periferia do que a necessidade de encenar a potência e a força que a periferia denota quando os jovens se enfrentam, provocando um grande tumulto.

Nesse sentido, pode-se dizer que essa demonstração de força significa um pacto de reciprocidade que, mesmo invisibilizado pelo conflito entre *bondes*, ordena a maneira como os jovens se agridem e trocam ameaças. A forma com que mimetizam o ódio aos *contra* parece conotar um acordo tácito em que a ameaça é de morte e retaliação grave, mas a agressão efetiva se dá entre socos, tapas e pontapés, sem o uso de qualquer objeto que incorra em uma agressão fatal a um *contra*. Como mostra a fala de um jovem: “eu deixei de andar *de bonde* porque agora tá foda. Tem tráfico no meio, daí começou a aparecer arma daí, não dá [...] antes não tinha isso, nós brigava na mão grande, tinha que ganhar do outro na força mesmo” (DC 21/05/2013)¹⁹.

Também há o pacto em que os *bondes* podem mostrar-se como aliados ao tráfico nas suas representações, mas nas *bandas* e nas *tretas* não devem envolver os traficantes locais no meio, isto é, o tráfico é um aliado nos bailes porque garante a segurança dos *bondes* locais, é objeto de homenagens prestadas em vídeos, mas não é conveniente que esteja envolvido nas circulações dos jovens e nas brigas entre grupos de outras zonas. Se os comandos de tráfico resolvessem tomar para si as rivalidades e agir, a briga ganharia uma escala mais grave, prejudicando todos os moradores da periferia e aniquilando a possibilidade da existência dos *bondes*. Portanto, a relação com o tráfico vai até certo ponto, enquanto seja estratégico e seguro.

Então, enquanto se disseminavam as “bandas” no centro com enfrentamento (entre os anos de 2008 e 2010), o contrato tácito inter-*bondes* alertava para o fato de que estes deveriam aproveitar o momento de descontração para atribuírem-se honra e virilidade pela força e pela agressão, tendo como garantia certo nível de segurança pelo não uso de armas em luta e pela não fatalidade desses enfrentamentos, explicitamente violentos e implicitamente cênicos.

¹⁹. Idem ao anterior

No entanto, um enfrentamento entre *bondes*, no dia 28 de fevereiro de 2010, quebra o contrato de reciprocidade entre *bondes*. Depois de marcar o confronto e trocar provocações pelo Orkut, dois bondes se enfrentaram, no Parque da Redenção em Porto Alegre, havendo tiroteio e a morte de um dos jovens.

Desde o ano de 2010, os *bondes* tiveram uma retração na sua formação e nas suas ações. Como já visto anteriormente, os jovens entrevistados alegam que se tornou perigoso demais entrar em um bonde pela possibilidade do confronto com outros indivíduos armados. Assim, pode-se inferir que o pacto de reciprocidade de agressões, de certa forma contidas, se quebra neste episódio pela transgressão de duas regras fundamentais: a manutenção à sociabilidade que significa o não envolvimento de armas, principalmente de fogo, nos enfrentamentos, e o acionamento dos comandos de tráfico para a resolução dos conflitos.

Conflito e violência como tema

Para Machado da Silva (1993), a violência é uma representação, é uma descrição seletiva daquilo que expõe. Não se pode classificar *a priori* um ato como sendo uma violência efetuada sem que se considere a que tipo de relação se refere. Dessa forma, o autor nos mostra que a noção de violência deve ser vista como objeto e tema de estudo das Ciências Sociais e não como conceito.

Nas diferentes formas em que se percebe a violência é possível compreendê-la como um excesso exercido em cada relação de poder, seja na atuação policial ou na prática da criminalidade violenta.

Segundo Wieviorka (2006), a violência pode ser classificada em diferentes planos de compreensão. Tanto pode ser tipificada quanto ao grupo que vítima, (como violência contra a mulher, contra a criança) como pode ser definida pelos autores e por vários pares de antinomias como legítima e ilegítima, física e simbólica. Para o autor, tanto o Estado e as instituições, bem como grupos de pessoas podem ser produtores de violência quanto podem incitá-la, tornando-se o alvo. Nesse caso, estaria definida a violência reativa, aquela resultante da indignação por algum tipo de opressão vivida. A violência também pode ser resultante da negação do reconhecimento e, logo, da aniquilação das possibilidades de

alguém fazer-se sujeito. Ela é compreendida como a marca de um sujeito sofrido, contrariado, impossibilitado de tornar-se o ator e condutor de sua vida.

A violência exprime uma subjetividade sem saída, a incapacidade de ter projetos, agir de maneira criadora e produzir sua existência; ela vem ressaltar o abismo que separa as instituições daqueles a quem elas deveriam fornecer as chances e os meios de construírem” (WIEVIORKA, 2006, p. 205)

No caso dos *bondes*, (pode-se entender essa negação das possibilidades de subjetivação, não apenas pela falência ou controle das instituições, mas pela negação do reconhecimento por grupos de pares. Nessa situação, a violência seria a única forma de fundar o conflito e esclarecer as regras invisíveis que pendem o jogo contrariamente aos jovens da periferia. As situações de conflito e violência têm o poder de desestabilizar esse contrato exigindo a reconfiguração das relações.

Assim, a violência pode ser análoga a manifestações próprias da agressividade, o controle, a exclusão e o estigma, como também de atitudes reativas que fazem dela um mecanismo de abertura de espaços sociais e de novas possibilidades nas definições de situações sociais e culturais concretas. (GADEA, 2011, p.81)

Então, o ato violento, quando é precedido de violência simbólica (centrada na segregação por instituições e ações estatais ou por grupos com maior poder aquisitivo), pode ser percebido como um tipo de reivindicação social, constituindo-se num alinhamento das *experiências coletivas de conflito*. Gadea (2011) entende essas experiências como constituídas a partir das situações de tensão vividas e compartilhadas por um grupo sem ter previamente um projeto reivindicativo e um conflito centralizado. Nesse contexto, a violência exerce um papel fundamental que é o de situar o conflito e reorganizar a experiência dos indivíduos a partir de uma concretude dada pelo excesso de força.

Embora Wieviorka (2006: 211-212) afirme que a violência vem significar o “não-conflito, a ruptura, o fim de uma relação”, a violência parece instituir-se em algo significativo: torna visível uma ação estruturada em termos de antagonismos e desenha uma “definição de uma situação” de conflituosidade ali onde antes não existia. Em definitivo, não se pode afirmar que a violência é contrária ao conflito e que a sua presença conspira contra um processo de subjetivação coletiva: ela permite o estabelecimento de *experiências coletivas de conflito*, no

sentido em que as situa numa relação de subordinação e antagonismo claro (GADEA, 2011, p.90)

As explosões juvenis de violência podem ser analisadas do ponto de vista de uma potência latente (MAFFESOLI, 1981) que se ergue contra um poder que não garante direitos sociais, de certa forma, abstratos (como visibilidade, participação). A encenação dessa potência na rua revela a insatisfação social desses indivíduos com a situação de invisibilidade a que estão submetidos.

Numa realidade onde as interações sociais estão pautadas, em grande medida, pela desigualdade e as assimetrias sociais, e pelos interesses práticos de uma ordem institucional que não encontra nada melhor do que tratar de acomodar “novas situações sociais” na antiga normatividade, a violência se ergue numa prática por demais significativa no horizonte político e cultural (GADEA, 2011, p.82).

A necessidade de exacerbar as inquietações sociais também se insere na vontade de expressão que o grupo tem. Como coloca Maffesoli (2006), estamos passando de um período “óptico”, propagado pela acomodação burocrática da racionalidade, para um período “táctil”, onde a experiência vivida importa mais do que o objetivo final. Nesse sentido, as agremiações, antes olhadas por um viés funcionalista (calcado nas análises de classe), passam a receber uma dimensão estética ligada a um imaginário partilhado. A própria noção de política passa por um processo ambíguo de crise e reencantamento, além dela também “os movimentos sociais que não se deixam reduzir às suas dimensões racionais e funcionalistas” (MAFFESOLI, 2006, p.82). Isso significa dizer que, em detrimento da noção integradora de classe, o cimento societal das novas abordagens das experiências coletivas de conflito é a partilha de um sentimento, a vontade de estar junto e viver um presente intenso, sem projeção no futuro. Da mesma forma, para Maffesoli (2006), “esses agrupamentos afinitários retomam a antiga estrutura antropológica que é a ‘família ampliada’. Estrutura na qual a negociação da paixão e do conflito se faz bem de perto” (p. 124).

Dessa forma, o conflito e a noção de violência aparecem como parte integrante de qualquer agrupamento com preponderância na sociedade sendo necessários ao equilíbrio social. “Dionísio, destrutor e fecundador, Osíris que, como a Fênix, renasce de suas cinzas, tudo isso nos remete, à ambivalência orgânica da violência que, pela sua dupla função e

com os meios adequados (eles mesmos ambivalentes) permite a manutenção social” (MAFFESOLI, 1987, p.97).

É de fundamental importância compreender as ações dos *bondes*, tanto como o resultado de uma violência simbólica dada pela segregação que empreende uma negação da subjetividade desses indivíduos, quanto uma busca pela experiência coletiva que venha dar sentido à comunidade formada em torno do conflito. Quando esses jovens provocam a situação de violência no centro, podem, posteriormente interpretá-la segundo seus códigos de significação e torná-la o núcleo que os concentra em torno dessa comunidade. É a vontade de sentir-junto, mas também o resultado da experiência partilhada que permite ao grupo ver-se como uma coletividade, estreitar os laços de solidariedade e produzir um nível significativo de subjetivação.

A relação entre os *bondes* e o conflito também é algo evidente quando observamos esta sociabilidade. Os jovens parecem se agregar em torno das experiências conflitivas que compartilham. Desse modo, o movimento tem sua gênese e, ao mesmo tempo, se alimenta diretamente do conflito. À primeira vista, tende-se a vincular esses grupos com a delinquência pela forma com que “montam” as representações sobre seus grupos e seus corpos e pela maneira com que encenam suas ações de tumulto coletivo. No entanto, quando nos aproximamos dos indivíduos que formam a sociabilidade, nota-se que a categoria de violência é mais uma linguagem do que algo que seja constitutivo desses sujeitos. Nas músicas, nas fotografias e na própria fala, as referências e os signos do tráfico e da oposição em relação à polícia são tão evidenciados que passam a ser performáticos. Assim, mostram as letras: “não mexa comigo, bandido, eu sou do *bonde* mete bala, bobeu toma na cara, essa é a lei da facção” (Pixos zona leste 361 ' 433 ' 470). Da mesma forma, as rimas colocam os *bondes* em associação com o tráfico: “mete bala, troca e aplica, senta o dedo nos cuzão, manda bala na brigada, destrói até caverão, verme se tu tentar entrar aqui na boca dos pedrinha, vão morrer queimado vivo, soldado não perde a linha” (Os + Pedrinha 2010). A maioria das rimas que acompanham os vídeos na internet coloca os *bondes* ora como chefes do tráfico local, ora como aliados que fazem a “contenção”, jovens que cuidam da movimentação da vila avisando da possibilidade da chegada de inimigos.

No entanto, é notável a discrepância entre a violência representada nas músicas e a forma teatralizada com que os jovens posam para as fotos, utilizando, inclusive, armas de

brinquedo para fotografar. Se a brutalidade propagada nas rimas fosse de fato praticada, a sociabilidade dos *bondes* não se manteria por muito tempo devido às mortes e às prisões.

Quando questionados sobre essa relação com a violência, fica evidente que as representações dos vídeos são significativamente performativas. “São poucos os que começam a trabalhar disso (no tráfico) só os mais velhos e ainda é os patrão que decide quem trabalha e daí eles compram e dão pros guri vender e eles ficam sossegados” (DC 07/05/2012)²⁰. Ao longo das respostas dos jovens, nota-se que a relação com o tráfico é mais amigável do que propriamente a base de uma hierarquia. Prestar homenagens aos traficantes locais e valorizar os signos deles para representar as sociabilidades de jovens parece denotar uma necessidade prática. Ao mesmo tempo, a projeção de signos do comando local e da própria linguagem da delinquência serve para promover suas identidades coletivas e garantir o respeito dos rivais.

Há uma necessidade de se alimentar do ódio em relação aos rivais de sociabilidade e convívio no centro, tanto para se representar como um sujeito forte e destemido quanto para “virilizar” o território do qual são parte. Além disso, os pequenos furtos contra passantes ou contra os rivais de periferia são fundamentais para lembrar que a violência e o conflito são agregadores da sociabilidade. A violência, nesse sentido, é estratégica, ela oferece os signos que dão sentido aos grupos, é o que os diferencia dos jovens de outras áreas, sem necessariamente fazer desses jovens delinquentes em potencial.

O conflito em Simmel

De acordo com BIRNBAUM (1995) e COSER (1961), a noção de conflito emerge de forma diversa nos autores de viés estrutural-funcionalista e evolucionista (Marx, Durkheim e Parsons) e nos autores aliados ao individualismo metodológico (Weber e Simmel) e ao interacionismo simbólico (Cooley, Coser e Park).

Na abordagem funcionalista, o conflito é visto de modo negativo como algo que freia o desenvolvimento social, também como algo que está fora do sistema social, um elemento anômico. Nesse sentido, o conflito aparece como parte de uma etapa histórica que deveria ser superada e o papel da ciência social seria encontrar alternativas para purgar

²⁰ Trecho de entrevista individual com ex-participante dos *bondes*.

de vez o conflito da sociedade. Além disso, a visão de Marx e Durkheim aponta para uma definição do conflito reduzida às questões econômicas, como a luta de classes e a divisão do trabalho, atribuindo pouca importância aos interesses dos indivíduos envolvidos em interações conflitivas.

A abordagem de Weber rejeita as teorias estruturalistas do conflito para as quais as ações humanas são determinadas e não dotadas de intencionalidade. É no individualismo metodológico de Weber que a ação social ganha destaque como base das relações, inclusive conflitivas.

Aliado a essa perspectiva, Simmel (1983) é que, de fato, elabora uma teoria do conflito afirmando que este é uma das formas mais vivas de interação social, uma vez que não pode existir em um indivíduo unicamente. Longe de ser disfuncional, o conflito tem como função resolver dualismos próprios do social, ainda que seja pela completa aniquilação de uma das partes.

Aqui a ênfase é posta na produção de significados moralmente divergentes, cujo conflito envolve antes ‘situações’ ou ‘interações’ que ‘indivíduos’. Estes agem conflituosamente ou não em função da definição de um *situ* conflitivo, que é sempre contextual e interativo, por mais abrangente que possa ser (MISSE e WERNECK, 2012 p.10).

Assim, Simmel (1983) nos mostra que o conflito é a recusa da indiferença do “outro” e, portanto, nega qualquer moralização ou legitimação de poder *a priori*. Para o autor, entrar em conflito não é sair do social como os funcionalistas veem, mas participar do jogo de tensões entre indivíduos e grupos e recusar a individualidade “moderna”.

No caso dos bondes, a teoria de Simmel é fundamental para compreender, pelo menos dois movimentos. O primeiro é o fortalecimento do grupo da periferia quando posto frente ao conflito com as pessoas moradoras de outros espaços e com a polícia. A identificação da estigmatização e da segregação a que são submetidos favorece a coletivização e a consciência de uma experiência compartilhada de privação. O outro movimento é a forma como enfrentam esta estigmatização indo ao centro. Se o conflito é uma forma de interação, forçar o enfretamento nos outros territórios é exigir a interação entre sujeitos distintos.

A abordagem de Simmel (1983) elucida que, assim como certo grau de ordem e aliança, todo tipo de sociação tem em si certo grau de hostilidade. Além disso, o autor afirma que, se toda forma de sociação entre os homens pressupõe uma interação, o conflito, não podendo ser sentido sozinho, constitui-se indiscutivelmente como interação humana. Mais do que isso, o conflito é componente essencial para o equilíbrio social no sentido de que funciona como uma baliza das tensões e é um importante elemento que produz convergência, precedendo, ao contrário do que se imagina, uma “unidade grupal”.

O conflito, nesse sentido, cabe ser analisado sob duas formas. A primeira pressupõe o conflito entre indivíduos do mesmo grupo. Essa forma de hostilidade é fundamental para que as tensões e contradições entre integrantes sejam constantemente revistas e expurgadas para que o grupo produza unidade apesar da diferenciação. Para Simmel (1983), o conflito funciona como um elo, assim como a afeição entre indivíduos.

O conflito, na sua segunda forma, constitui uma hostilidade centrada em um elemento externo ao grupo e, é por esse motivo, que se torna a forma mais agregadora de unidade social. No momento que se define uma ameaça ao grupo como um todo, tal situação força uma evaporação, ainda que momentânea, do conflito interno para que um ânimo integrador proteja a coletividade.

O grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação (SIMMEL, 1983, p.154).

Dessa forma, o conflito com um “outro” promove coesão grupal produzindo um efeito de reforço coletivizante. Para Simmel, o momento em que se identifica o embate contra um adversário (concreto ou abstrato) também é o momento em que o grupo se decide entre dissipar-se ou cooperar. Decidindo-se sobre a cooperação, o papel dos indivíduos passa a ser o de concentrar os sentimentos de antagonismo nos elementos externos.

Além disso, os grupos tomam, como medida de defesa, a exacerbação da hostilidade em relação ao outro. Como o próprio autor coloca, “o ódio a quem nos odeia é uma medida instintiva de proteção” (Simmel, 1983, p.133). No caso dos jovens

participantes de infrações, as ações agressivas que empenham contra certas vítimas, nos assaltos em grupo, podem representar uma reação às situações de estigmatização que sofrem. Da mesma forma, quando Simmel diz que costumamos odiar a quem causamos dano (p. 133), pode-se pressupor que, em menor medida, a animosidade entre os setores de mais altas rendas e as populações pauperizadas se retroalimenta pela segregação dos últimos pelos primeiros e pela reação violenta dos estigmatizados.

O distanciamento físico e social das comunidades populares em relação às áreas nobres das cidades e ao centro urbano é, além de um produto da distribuição desigual dos espaços de moradia, uma medida de atenuação do confronto entre as partes porque evita o seu encontro. Os pedidos das populações abastadas pelo fim do passe livre é uma marca dessa condição de confinamento das camadas mais pobres.

De outra forma, o embate forçado pelos jovens que protagonizam os arrastões é uma tentativa de experimentar, medir e talvez modificar esse antagonismo pelo reconhecimento destes (jovens) enquanto sujeitos. A negação do confinamento desses indivíduos aos “espaços delimitados” (não apenas aos espaços físicos como também espaços sociais) à sua circulação preconiza um processo de disputa de poder e de reconhecimento. De fato, o que fazem esses jovens, é em definitivo, uma tentativa por “prolongar” o espaço público, dilatá-lo até transformar suas ações em ações de cunho político e reivindicativo.

Além disso, a forma como os jovens utilizam o conflito na organização dos seus *contras* e antagonistas é fundamentalmente ambígua. Por um lado aproveitam os laços de proximidade e solidariedade das comunidades onde vivem pra configurar uma rivalidade com os jovens em igual condição social das outras comunidades periféricas da cidade. Nesse sentido, interpõe mais um nível de compartimentação do conflito. A conflitividade em relação às pessoas do centro não promove a coesão *inter-bondes*, mas, nas pequenas comunidades, desdobra-se em rivalidade com os *contra*. “Arrogância de playboy nós não engolimo no osso, boto o teu tênis no meu pé, a tua prata no meu pescoço” (Carekas + Pedrinhas). Essa letra mostra a maneira como os jovens entendem que a diferença se interpõe entre os grupos, principalmente quando os jovens da zona norte e leste acusam os da zona sul de ostentarem que a sua área tem os bairros mais nobres da cidade (mesmo que estejam muito longe de morar neles e que a distância em termos de poder aquisitivo entre

eles e os *bondes* de outras áreas seja ínfima quando existente). Às vezes, as letras de funk e os comentários dos jovens parecem falar dos bondes da zona sul, mas não se dirigem de fato a eles e, sim aos do centro. “A playboyzada da zona sul se acha mais que os outros, acham que eles que mando no Praia de Belas e no Barra²¹ e que anda com mais marca e que nós não temo que ir pra lá, mas nós vamo de *mulão* e eles têm que ficar quietinho” (DC 07/05/2012).

Assim, nota-se o reconhecimento de uma segregação que emana da categoria de morador da periferia que engendra a construção do conflito com as pessoas de fora dos bairros periféricos, aquelas pessoas que não sofreram as mesmas privações e que, portanto, não compreendem os sujeitos que carregam no corpo a diferença. Quando os jovens das diferentes zonas (*aliados* e *contras*) se reúnem para brigar e dominar certo espaço no centro, estão elaborando conjuntamente o conflito contra as estruturas e técnicas que limitam a sua circulação à periferia e forçando a interação social com aqueles que são beneficiados por esses arcabouços, portanto a experiência inter-periferia é comunitária.

Como coloca Simmel, “nossa oposição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias” (1983, p.127). O fato de negar a vitimização e impor uma visibilidade aos indivíduos que circulam na cidade significa buscar definir-se enquanto sujeito coletivo atuante e exigir reconhecimento dos demais.

Situação de violência e situação de conflito

Thomas (2005) nos fala sobre a noção de situação como sendo definida a partir da forma como um determinado grupo interpreta a circunstância em que está inserido para logo poder agir nela. Essa definição, mesmo que não seja a mais coerente, sobre a situação em que os indivíduos se encontram, terá consequências na forma como o grupo e os indivíduos organizam esse contexto e estabelecem relações nele de acordo com seus códigos de compreensão. “É possível compreender a existência de uma diversidade de ‘agentes definidores’ e que, no seu entrecruzamento, o próprio indivíduo terá uma experiência coletiva particular e uma ‘definição de uma situação’ que o incluirá numa comunidade também particular (GADEA, 2011, p.79).

²¹Shoppings da zona sul de Porto Alegre.

Já se viu com Simmel (1983) que a definição de um conflito pelos jovens dos *bondes* favorece a união do grupo em torno da noção de periferia. A definição da situação pelo grupo, nesse caso, se dá coletivamente e é acordado que o indivíduo deve seguir uma maneira de proceder que seja comum aos demais companheiros. Assim, pode-se dizer que a definição da situação pelo grupo tende a coibir o indivíduo, mas a definição dada pelos externos ao grupo tende a legitimar ou deslegitimar suas ações, interferindo na sociabilidade.

Para os *bondes*, a forma como a imprensa e a polícia definem as situações protagonizadas pelos jovens está diretamente ligada à desaprovação da sua existência e da sua circulação pela cidade. Há, nesses discursos, uma desconsideração do conflito inicial que dá origem à rivalidade dos *bondes* pela não centralidade do ponto conflitivo e pela invisibilidade formal da relação de antagonismo entre moradores das áreas mais privilegiadas e moradores da periferia. Se esse conflito não é apresentado como ponto nodal do movimento, não se pode legitimar alguma forma de agressividade como uma potência reativa em relação às situações de privação e segregação. Na invisibilidade desse conflito, as ações dos *bondes* podem ser interpretadas como violência difusa, sem precedentes, sem qualquer tom reivindicativo e, portanto ilegítimas. Além disso, as situações que podem ser vistas pelos *bondes* como conflitivas ou violentas normalmente são definidas pelos grupos antagonistas como exatamente o contrário, o que dificulta qualquer possibilidade de entendimento entre as partes.

Há muito de ambivalência na definição das fronteiras tênues entre o que se pode ver como situação de violência e situação de conflito. Como afirmam Misse e Werneck (2012), a definição entre essas duas dimensões está pautada numa disputa de significados morais capaz de imputar à determinada situação ou conjunto de indivíduos o caráter de violento. Dito de outra forma, essa diferenciação significa uma disputa discursiva com base na qual se pode fixar, em uma das partes em conflito, a *legitimidade* de sua ação. É a noção de legitimidade que, segundo os autores, diferencia um conflito (como indisposição proveniente de uma distribuição desigual de poder) de um crime ou um ato violento (reificação da negatividade moral do ato). Desse modo, o crime e o conflito são diferentes do ponto de vista jurídico em que apenas um deles é moralmente reprovável e suscita reparação. Mas, do ponto de vista sociológico, conflito e violência, mesmo tendo diferentes

abordagens, constituem categorias sociais semelhantes, uma vez que não há uma essência no crime que comprove sua ilegalidade; há, pois um processo que, juridicamente, o diferencia do conflito.

Do mesmo modo, a noção de conflito como preocupação sociológica emerge de uma discussão em que ele é colocado de forma ambígua: de um lado, o conflito é visto como antítese da ordem, como algo que está fora do social impedindo o consenso; de outro, está associado à manutenção do equilíbrio social como “válvula de segurança”²². Aqui o conflito é visto como a sobreposição de diferentes forças e ordens que entram em choque com uma ordem consagrada.

O conflito é um ‘fato’, um ‘fenômeno’ social e, como tal, deve ser considerado pela disciplina. Além disso, é óbvio, o conflito, quando adquire a forma de ‘violência’, nos incomoda e, como cidadãos, precisaríamos pensar em formas de aplacá-lo, o que tornaria sua compreensão algo central na política – para muitos, um desenrolar obrigatório das ciências sociais (MISSE e WERNECK, 1995, p. 338).

A ação dos *bondes* sofre um processo de criminalização pesadamente protagonizado pela grande imprensa e pelos setores com maior poder financeiro, mesmo quando os grupos de jovens não estão envolvidos diretamente em ações violentas. Nesse sentido, os grupos contrários aos *bondes* interpretam e reproduzem preconceitos sobre estes (*bondes*), convertendo possíveis situações de conflito em situações de violência. Se a situação de conflito se configura como uma indisposição entre partes com poderes desiguais, a melhor definição para o conflito entre *bondes* e demais cidadãos não seria a de identificá-lo com a violência, vista como desmedida e deslegitimadora. Identificados pela imprensa, principalmente, por ações que de fato envolveram um nível considerável de violência física, como o episódio do parque da Redenção, os *bondes* são homogeneamente confundidos entre si e comparados a grupos criminosos, o que “inviabiliza” a sua existência e convivência pacífica na cidade.

Considerações sobre os resultados

²² Noção utilizada por Simmel com o fim de definir o conflito como um mecanismo interno dos grupos para expurgar os pequenos enfrentamentos evitando que uma mudança maior venha a ocorrer com a desintegração do grupo.

À semelhança do seu território de origem, o *bonde* é tão polissêmico quanto à ideia de periferia, sendo específico dos grandes centros urbanos em que as formas de socição se dão em diferentes escalas de heterogeneidade. Mas, se é a periferia o lugar que se caracteriza pela manutenção dos laços de vizinhança e pelo compartilhamento dos parques espaços de atendimento e de lazer para a população, não é de surpreender que venha de lá uma sociabilidade que se dá pela afetividade e que valoriza de forma tão intensa a experiência compartilhada, seja nos espaços de moradia ou nas *bandas*, nos momentos de lazer ou de tensão.

Se no começo da visibilidade das sociabilidades da periferia, os *bondes* estavam mais vinculados ao *funk* do que à delinquência, a imprensa porto-alegrense trata de confundir essas noções nas reportagens que vocalizam os setores segregadores da cidade. A forma como passaram a ser vistos pela mídia reflete-se nos grupos, ressignificando suas experiências e realinhando suas representações internas à suposta acusação de violência e delinquência. Se as vinculações desses grupos ao tráfico eram verdadeiras em alguns casos, à medida que esses discursos se perpetuavam, os *bondes* convertiam essa associação em formas de constituir sua sociabilidade e suas identidades, já privadas de formas legítimas de arranjo. Assim, compreende-se que “a violência exprime uma subjetividade sem saída, a incapacidade de ter projetos, agir de maneira criadora e produzir sua existência; ela vem ressaltar o abismo que separa as instituições daqueles a quem elas deveriam fornecer as chances e os meios de construir” (WIEVIORKA, 2006, p. 205).

A violência funda a existência desses jovens nos circuitos da cidade, pelo medo que propaga nos moradores de fora da periferia, quando aparece nas ruas do centro, e pela atmosfera de tensão que engendra nas ameaças na internet e nas referências da imprensa. Nesse sentido, é a violação do pacto social e dos efeitos disciplinadores da segregação que possibilita a esses grupos uma via de representação, já que se encontram em um vazio semântico, não podendo se constituir de fato entre os paradigmas do consumo ou da funcionalidade.

Além disso, os jovens estudados por Dubet (1994, p.98) tendem a aderir aos estigmas e às categorias que os excluem “Eles se sentem ‘alienados’, no sentido em que se sentem responsáveis da sua própria infelicidade e se comportam como vítimas de um destino esmagador. Eles aceitam, em especial, a imagem negativa que deles mesmos a

escola lhes dá”. Os jovens dos *bondes* também refletem a estigmatização que sentem e, por isso necessitam do amparo do grupo para se fortalecerem, mas, antes de assumirem uma identidade e uma atitude de vitimização, eles utilizam o fato de serem da periferia para projetarem uma subjetivação que não nega nem a diferença, nem a territorialidade. Ao contrário, eles exageram nos signos e na persistência em cantar sobre sua origem como se, pela insistência no preenchimento de suas identidades por referentes da periferia em diferentes níveis territoriais, pudessem ofuscar os efeitos negativos que a visão deturpada dela pode engendrar.

Em vez de tentarem associar-se ou confundir-se com os jovens do centro, os integrantes dos *bondes* ostentam a opção por formar grupos exclusivos de sujeitos da periferia e forçar a presença deles nos espaços centrais. Se a presença dos indivíduos periféricos é “inconveniente” no centro mesmo estando em pequenos e discretos grupos, “invadir” as áreas de lazer de fora do seu “pedaço” em uma excursão colorida, cantante e tomada de excitação é uma ofensa aos sentidos daqueles que transitam afixados à individualidade e a neurastenia moderna.

Em vez de negar à pertença ao espaço que lhe outorga uma identidade que não lhe corresponde, os jovens contornam esse processo passando a representar um “tipo ideal” de estigmatização para que as pessoas do centro estejam em face de uma imagem exagerada dos mesmos, antes que possam atribuir-lhes identidades pré-concebidas. Nesse sentido, há uma “hiperperiferização” na atuação dos *bondes*. Eles exibem, nas áreas movimentadas e à luz do dia, o que de mais instigante se atribui a esses espaços distanciados, a violência. Propagam os signos do tráfico e trocam ameaças de tom aterrorizador nos ônibus, nas ruas e na internet, como se pudessem levar ao público um esquete adaptado do “grande espetáculo” que são as disputas entre quadrilhas nos morros de Porto Alegre. Se essa é a forma de conquistarem os espaços de subjetivação, é com ela que se apresentam os jovens estigmatizados, exagerando e inflando o estigma para poder esvaziá-lo de sentido.

Nesse território ambíguo e movediço, situam-se os *bondes*. Por vezes, usam dos discursos estigmatizantes para configurar uma identidade coletiva que os referencie à periferia e às comunidades que carregam nos trajetos que desempenham. Ambiguamente, reivindicam novos lugares onde possam circular, territorializar-se, produzir sentidos e construir subjetividades nas relações conflitivas que teimam em estabelecer com outros

indivíduos da cidade. Ao mesmo tempo em que reproduzem em seus corpos discursos dominantes sobre o culto ao corpo, também estabelecem uma relação de diferenciação na forma como marcam o corpo de seus referentes próprios e integram os grupos do *bonde* como uma individualização coletivizante: iguais em seu grupo, diferentes dos demais. Sua sociabilidade formada “é mais que a soma dos indivíduos”, é a potência individual multiplicada.

Assim se faz o *bonde*, transbordando da periferia com uma fluidez característica dos movimentos de seu tempo. Nem atados à forma moderna que lhes é imposta, nem totalmente ligados a uma forma de resistência que controle sua agência. O *bonde* desafia o poder, a disciplina, a inscrição e a abstração de seus conteúdos semânticos porque transcende uma série de dualidades (bom/mau, legal/ilegal, disciplina/insurgência, trabalho/consumo...), ele é multiforme, itinerante, uma metamorfose relacional que se gesta e se atualiza no conflito.

Referências

- BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CECCHETTO, Fátima. As Galeras *funk* Cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- COSER, Lewis A. **Las funciones del conflicto social**. México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência; gangues, galeras e movimentos hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.
- _____. **La galère: jeunes en survie**. Paris : Fayard, 1987.
- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Editora UFRS, 2000. Disponível em: http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros.
- GADEA, Carlos A. e ROSA, Fátima Sabrina. Jovens e o delito: Masculinidade e sociabilidade violenta face à busca por reconhecimento social. In: **Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**, UFSC, 2010.
- GADEA, Carlos. A violência e as experiências coletivas de conflito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, CES, Coimbra: N° 92, 2011, p. 75- 98.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: TC, 2008.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: Entre o mercado e a vida. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Sociologia, USP, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34 Editora, 2003.

MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. Violência Urbana: Representação de Uma Ordem Social. In: NASCIMENTO, Elimar P. do e BARREIRA, Irllys A. F. (Orgs.). **Brasil Urbano**: Cenários da Ordem e da Desordem. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE/UFC, 1993.

MAFFESOLI, Michel. **A Violência Totalitária**: ensaio de antropologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. **O Tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). **Conflitos de grande interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Os ALA 470....só os de verdade.[S.l.], 08/03/2012. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=VtbaOCINTtM>> Acesso em: 28/10/2013

Os + Pedrinha DZN. [S.l.], 28/01/2010. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=EnBTweZ50m0>> Acesso em: 28/10/2013.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organizador: Evaristo De Moraes Filho São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais;34)

_____. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. (org.), **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987[1902]

THOMAS, William. **La definición de la situación**. Tradução de Eva Aladro. In: Cuadernos de Información y comunicación, n.10, 2005.

VIANNA, Hermano. O *funk* como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas**: Territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). **Conflitos de grande interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.